

DIALOGOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Carmen Rachel Scavazzini Marcondes Faria¹

A reunião oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, lamentavelmente terminou da forma como já se prenunciava. O acordo firmado pelos governos dos países presentes ao evento foi não apenas tímido, mas também pífio, no que diz respeito a compromissos concretos. Uma vez mais, protelou-se para o futuro – no caso, 2015 – a proposição de metas, prazos e meios de implementação rumo à sustentabilidade, inclusive a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Se, por um lado, a Rio+20 frustrou expectativas e conseguiu no máximo, ainda que a duras penas, evitar retrocessos, por outro, evidenciou a mobilização da sociedade civil nos inúmeros eventos paralelos à Cúpula oficial e o crescimento de uma consciência ambiental.

Esse engajamento foi igualmente marcante nos “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”, realizados no Riocentro nos dias que antecederam o encontro dos governantes no Segmento de Alto Nível da Conferência.

Aguardado como um dos destaques da Rio+20, os Diálogos resultaram de uma proposta do governo brasileiro, que contou com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), e surpreenderam, de forma positiva, a todos que participamos.

O evento foi concebido a partir da compreensão de que o comprometimento da sociedade é imprescindível para consolidar os princípios do desenvolvimento sustentável e representou, sem dúvida, um feito inovador no âmbito de uma conferência da ONU.

¹ Bióloga (USP), Mestre em Ecologia (UnB). Lecionou no Ensino Médio; foi professora e pesquisadora no Instituto de Ciências Biológicas (UnB). Consultora Legislativa do Senado Federal.

Os Diálogos compreenderam dez painéis² de reflexão e debates entre personalidades do setor privado, de organizações não governamentais e da academia – cada um deles sobre um tema-chave previamente selecionado –, seguidos por perguntas do plenário e respostas dos painelistas. Dos debates não participaram membros dos governos nacionais e das agências da ONU.

Os dez temas abordados nos Diálogos, considerados prioritários na agenda internacional, foram: Água; Oceanos; Florestas; Cidades sustentáveis e inovação; Energia sustentável para todos; Segurança alimentar e nutricional; A economia do Desenvolvimento Sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; Desenvolvimento Sustentável como resposta às crises econômicas e financeiras; Desenvolvimento Sustentável para o combate à pobreza; e Desemprego, trabalho decente e migrações.

Os temas – cada um deles com dez recomendações – foram definidos a partir de uma plataforma digital, com participação popular, durante as etapas preparatórias do fórum³. Das dez recomendações pertinentes a cada tema, emanadas de votação *on line*, e que serviram de base para os debates presenciais, três delas seriam levadas aos Chefes de Estado e de Governo: uma, a mais votada pelos internautas; a outra, eleita pelos participantes da plenária; e a terceira, refletindo a opinião dos painelistas.

Em síntese, listamos algumas das recomendações derivadas dos Diálogos.

- Implementar o direito à água.
- Adotar políticas globais que afirmem a importância do planejamento e da gestão integrada de água, energia, saneamento e ordenação do território, com a plena e efetiva participação da sociedade civil, e levando em conta as questões de gênero e as necessidades culturais específicas.

² Cada uma das dez sessões dos Diálogos contou com público médio de 1.300 pessoas, segundo os organizadores, e todos os debates foram transmitidos ao vivo pelo site da ONU.

³ O processo de preparação dos Diálogos, iniciado no mês de abril de 2012, envolveu cerca de 30 representantes de universidades e centros de pesquisa de todo o mundo, que coordenaram os debates abertos pela internet, dos quais participaram mais de 63 mil pessoas de 193 países, segundo informou o Ministério do Meio Ambiente.

- Propor um acordo global para proteger a biodiversidade marinha em mar aberto.
- Tomar medidas imediatas para desenvolver uma rede global de áreas marinhas protegidas internacionalmente.
- Restaurar 150 milhões de hectares de áreas desmatadas e degradadas até 2020.
- Promover a ciência, a tecnologia, a inovação e o conhecimento tradicional, como forma de enfrentar o principal desafio das florestas: torná-las produtivas, sem destruí-las.
- Zerar o desmatamento até 2020, respeitando os direitos e os conhecimentos dos povos que vivem na floresta e da floresta e respondendo às suas necessidades de desenvolvimento sustentável.
- Pensar antecipadamente a sustentabilidade e a qualidade de vida nas cidades.
- Canalizar recursos para desenvolver cidades sustentáveis, com metas planejadas e mensuráveis.
- Adotar medidas concretas para eliminar os subsídios para combustíveis fósseis.
- Estabelecer metas ambiciosas de mudança para energias renováveis.
- Ampliar investimentos e vontade política para garantir acesso universal, equitativo e acessível a serviços de energia sustentável para todos, pela próxima década, por meio de estratégias e ações claras.
- Promover sistemas alimentares que sejam sustentáveis e contribuam para melhoria da saúde.
- Eliminar a miséria e a pobreza relacionada com a desnutrição.
- Incluir custos ambientais no Produto Interno Bruto (PIB).
- Promover reformas fiscais que incentivem a proteção ambiental e beneficiem os pobres.
- Criar um imposto sobre transações financeiras internacionais para compor um Fundo Verde responsável pela promoção de empregos dignos e tecnologias limpas.
- Promover a educação global para erradicar a pobreza e atingir o desenvolvimento sustentável.
- Assegurar cobertura universal de saúde para alcançar o desenvolvimento sustentável.
- Colocar a educação no centro da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Comprometer-se com a meta de trabalho digno para todos até 2030.

Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: conlegestudos@senado.gov.br

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:
www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html

Núcleo de Estudos
e Pesquisas

Consultoria
Legislativa



No entanto, o conjunto das recomendações feitas nos Diálogos não integrou o documento final da Conferência, cuja redação foi concluída antes do início da reunião oficial dos líderes mundiais e não mais foi reaberto para discussão durante os três dias do Segmento de Alto Nível da Cúpula.

Passados dois meses do término da Rio+20, o governo brasileiro, proponente e organizador dos Diálogos, também não divulgou documento com a memória dos debates e das recomendações – o mínimo esperado seria uma publicidade ampla e clara desses anais, inclusive pela internet. É direito de toda a sociedade conhecer os resultados – reflexo de um conjunto de preocupações e considerações sobre temas cruciais – para que possa acompanhar e avaliar o “pós Diálogos” e exigir e cobrar compromissos de seus governantes.

As conclusões de todos os painéis foram importantes tanto para o Brasil quanto para o resto do mundo, e devem perdurar. Os debates foram ricos e a participação da sociedade, expressiva, mas qual será o destino final dessas recomendações?